CIDADES, TURISMO E PLANEJAMENTO: DA ORGANIZAÇÃO À APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM CURITIBA-PR

Diogo Luders Fernandes[1]

Poliana Fabiula Cardozo[2]

Pedro Henrique Sanches Lemes[3]

RESUMO

As tentativas de urbanização da cidade de Curitiba não são recente, e obtiveram elevados graus de êxito. O turismo tem se apropriado sobremaneira das diferentes organizações urbanísticas da capital paranaense, fazendo dela um dos principais destinos turísticos do estado. Esse artigo se propõe a descrever essas tentativas de organização do espaço público e a sua apropriação pelo turismo.

Palavras-chave: Urbanismo; Planejamento Urbano; Curitiba; Turismo Urbano

Este texto tem como objetivo apresentar abordagens teóricas concernentes ao tema do planejamento urbano para o turismo. A temática em questão insere-se no universo das pesquisas sobre o espaço urbano, o turismo e as políticas públicas em Curitiba, especificamente. Interessa neste estudo discutir como o turismo se apropria dos melhoramentos realizados na cidade por meio das políticas públicas naquela cidade. Aqui será apresentada uma reflexão teórica, tendo como cenário de fundo a cidade de Curitiba.

Para compreender melhor o que aborda este estudo, de forma introdutória, faz-se necessária uma definição de turismo. Partindo de alguns princípios básicos, como o de que a atividade turística consiste no deslocamento voluntário de indivíduos de seu local de residência para outra localidade, por tempo determinado (portanto este deslocamento se dá temporariamente), por motivações diversas como

[1] Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR, Mestre em Turismo pela UNIVALI, professor do Departamento de Turismo da UNICENTRO-PR. diggtur@yahoo.com.br.

[2] Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPR, Mestre em Turismo pela UCS, professora do Departamento de Turismo da UNICENTRO-PR. polianacardozo@yahoo.com.br.

[3] Mestre em Geografia pela UEPG - PR, professor do Departamento de Turismo da UNICENTRO-PR. peagaesse@hotmail.com.

lazer, participação em eventos, negócios, entre outros. Esse fluxo de pessoas resulta em uma série de inter-relações econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais no destino turístico. (BISSOLI, 1999; RODRIGUES, 1997; RUSCHMANN, 1997)

Visto como agente transformador e organizador de sociedades e de (re)ordenamento de territórios, o turismo possui como característica utilizar elementarmente o espaço**,** tais transformações ocorrem por meio de um conjunto de bens e serviços que são responsáveis pelo desenvolvimento do turismo como meios de hospedagem, transportes, serviços de alimentação, entre outros serviços e equipamentos que compõem essa prática. (CRUZ, 2002)

A apropriação do espaço pelo turismo se dá por meio das políticas públicas de turismo que são responsáveis, segundo Cruz (2002, p. 9), pelo "estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada." De modo que, com a ausência das mesmas, na falta de planejamento, ocorrem diversos problemas relacionados à realização da atividade turística desordenada.

Um fator importante do planejamento no turismo, salientado por diversos estudiosos (BISSOLI, 1999; RODRIGUES, 1997; RUSCHMANN, 1997) é que a atividade de planejar consiste em um processo dinâmico, flexível, em constante transformação. Diante disso, deve ser continuamente avaliado, pois uma vez que não se trata de um processo estático, requer a permanente adaptação às realidades espaciais e temporais.

No caso do turismo, cabe ao governo a tarefa de planejar a atividade de forma a proporcionar o bem-estar da população local e do turista, aliado à conservação dos recursos naturais e culturais da comunidade, além da normatização da atividade. A finalidade do planejamento turístico consiste no ordenamento de medidas do sujeito sobre o território de modo a orientar o uso adequado de seus espaços, evitando os possíveis efeitos negativos da atividade turística, no que tange ao meio ambiente.

Os espaços urbanos, segundo Pearce (2003), Bahl (2004) e Castrogiovanni (2001), apresentam grande potencialidade para o desenvolvimento do turismo, uma vez que possuem legados espaciais na malha urbana representante da história de

uma sociedade que constantemente se transforma, assim como, uma infraestrutura de suporte para o desenvolvimento de atividades econômicas diversas, além de serviços que possibilitem a visitação e o acolhimento dos turistas fora de seu local de residências.

A cidade deve ser pensada para produzir um ambiente de qualidade, no qual os serviços públicos disponíveis a população atenda seus anseios garantindo a vida em sociedade mais harmoniosa entre habitantes, crescimento econômico, meio ambiente valorizando as potencialidades humanas existente na cidade.

As políticas públicas na cidade devem ser resultado do planejamento, da gestão e do controle formulada considerando as necessidades dos moradores, de modo participativo, executada de forma descentralizada, abrangente, integrada a diversos setores, proporcionando a cidade resultados econômicos, ambientais, políticas e socioculturais positivos e igualitários. As cidades devem viabilizar uma percepção positiva aos usuários, sejam estes habitantes ou visitantes da cidade, para isso o instrumento de planejamento deve ser baseado na comunidade, sendo as políticas publicas integradas e formuladas mediante uma atividade conjunta entre poder público, iniciativa privada e comunidade. (CORIOLANO, 2003; LOPES, 1998)

Com o intuito de promover um desenvolvimento mais igualitário, procurando minimizar vários dos problemas urbanos encontrados nas cidades, foi criada no ano de 2001 a Lei nº 10.257, mais conhecida como Estatuto das Cidades que se propõem a estabelecer “as diretrizes gerais da política urbana objetivando principalmente o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia ao direito a cidades sustentáveis.” (BRASIL, 2001, p.9)

O Plano Diretor consiste em uma exigência da Constituição Federal para municípios com mais de 20 mil habitantes, um documento que deve estabelecer as diretrizes do desenvolvimento urbano de modo a atingir a melhor e maior qualidade de vida aos habitantes, de forma participativa. Atendendo aos anseios da população, em um processo participativo na gestão e no planejamento elaborando e fiscalizando ações proporcionem aos espaços urbanos a melhorias sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais. (LOPES, 1998)

Na tentativa de encontrar uma solução local buscam-se alternativas formuladas conforme as características locais, uma vez que cada localidade possui

características distintas e singulares: uma cultura, um povo, uma forma de se desenvolver, cada local tem uma forma diferenciada de compreender e ver o mundo, isto devido à comunidade que lá habita e a forma como esta interage com o meio onde se encontra.

O Urbanismo em Curitiba: uma breve contextualização

Curitiba, a capital do estado do Paraná, está localizada no primeiro planalto paranaense a aproximadamente 905m de altitude acima do nível do mar. É conhecida internacionalmente por seu planejamento urbano, seus programas ambientais e o sistema de transporte público, elementos que deram a cidade destaque no cenário nacional e internacional,

Segundo os dados da SETU (2007), Curitiba possui características peculiares impulsionando a atração no ano de 2007, 2,9 milhões de turistas, que em sua maioria teve como principal motivação os negócios, isto porque a cidade concentra além da sede administrativa do Estado, as gerencias regionais, estaduais e, até mesmo, nacionais de diversas empresas privadas.

> No caso Curitiba, o recorte cultural é fortemente recuperado pela reinvenção do cotidiano. As novas formas de acumulação do capital na dinâmica atual da economia têm gerado novas mercadorias, incorporando valores de troca sobre espaços e produtos antes inexistentes. A própria cidade, ou partes dela, por vezes imagens que evocam uma memória irreal ou transformada, tornam-se produtos ofertados e incorporados por atividades terciárias, particularmente o turismo. (MOURA, 2007, p. 345)

Os turistas, que visitaram Curitiba em 2007, avaliaram a cidade como cidade ecológica com qualidade de vida para seus moradores, isto porque identificaram e qualificaram na cidade itens como áreas verdes, o transporte coletivo e a qualidade de vida da população. Isto devido a uma das políticas previstas no plano diretor da cidade que: “Ao propor-se a idéia de Curitiba como “capital ecológica”, procurou-se criar no imaginário da população um sentido de “identificação” com a cidade, um sentido de orgulho em “pertencer” à cidade de Curitiba.”. (MENEZES, 1996, p. 154)

Estas experiências vivenciadas pelos turistas e suas avaliações positivas quanto à cidade visitada são reflexos de anos de trabalhos de urbanização na capital

paranaense, resultados de instrumentos de planejamento como os Planos Diretores. Uma vez que tais instrumentos vêm auxiliando o ordenamento e a organização urbana de Curitiba desde os anos 1941 e 1943 quando foi elaborado o primeiro plano urbanístico de Curitiba, conhecido como plano Agache, que se destacou segundo Müller (2004, p.41) por questões higiênicos – funcionais, "[...] mas também pelas questões orgânicas da cidade, pela estrutura viária, pela preocupação estética e monumentalidade, definindo a cidade em diferentes zonas [...]", tal plano foi parcialmente implantado devido à dificuldades de condições financeiras e a ocupações irregulares. Porém, mesmo com poucas intervenções realizadas, este primeiro plano urbanístico deixou suas marcas que podem ser vistas até hoje na capital do Paraná.

> Desde o atual Centro Cívico, onde foram construídos os Palácios da Prefeitura e do Governo, ao Bairro Rebouças, onde a princípio estava definida a área industrial; do Parque Lagoa, atual Barigüi, à área esportiva do Tarumã; da Cidade Universitária, atual Centro Politécnico da UFPR, à Área militar, atual Quartel do Bacacheri. (IPPUC, 2004, p.24)

Devido ao crescimento acelerado e a um novo processo de industrialização em meados da década de sessenta do século XX, a cidade de Curitiba necessitava de novas políticas públicas que possibilitassem o crescimento da área urbano conforme a novas realidades impostas pela perspectivas de crescimento econômico. (IPPUC, 2004, TRINDADE, 1997)

Em 1965, a prefeitura municipal lançou um concurso para elaboração do novo plano diretor, tendo como vencedora a proposta da empresa SERETE em conjunto com Jorge Wilheim Arquitetos Associados, o plano urbanístico preliminar deu origem ao novo Plano Diretor, implantado por meio da Lei nº 2828 de 31 de julho de 1966. Com uma nova visão, este novo documento previa um desenho de crescimento linear, contrário ao de crescimento radiocêntrico estipulado pelo plano Agache. (OLIVEIRA, 2000)

Este plano deu início à fase que destacou a capital paranaense como cidade modelo de urbanização, e também se institucionalizou por meio da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, que é

responsável pelo gerenciamento e pelas pesquisas de implantação do plano. (OLIVEIRA, 2000)

Sendo o zoneamento e o uso do solo um elemento fundamental que associado a legislação ambiental de conservação ordena o planejamento físico territorial, auxiliando a caracterizar um crescimento controlado respeitando e promovendo as potencialidades de acordo com as realidades locais.

O plano diretor de 1966, conforme Oliveira (2000) e Menezes (1996), é o marco na organização espacial de Curitiba suas propostas inovadoras na época como a integração entre a recreação, o trabalho a promoção social, o cuidado com o meio ambiente, com a criação de mecanismos que proporcionasse a população qualidade de vida, transporte coletivo eficiente, a preocupação com a prevenção de enchentes que ocasionou a preservação de grandes extensões de áreas verdes e de fundos de vales com a criação de parques que passaram a ser utilizados pela comunidade como áreas de lazer, e hoje são um dos principais atrativos da cidade de Curitiba.

Este plano foi sustentado pelo tripé de integração física citado anteriormente – zoneamento, transporte coletivo e sistema viário, mas constantemente trabalhado em conjunto com outras questões essenciais, que formam um tripé paralelo das diretrizes do plano diretor: dinâmica econômica, organização social e meio ambiente. (IPPUC, 2004)

Assim o plano diretor de 1966 que até o ano de 2004 estava em vigor em Curitiba, buscou proporcionar ao espaço urbano transformações que de modo integrado possibilitariam ao cidadão uma cidade onde morar, trabalhar, circular, recrear e viver ocorre-se de forma integrada em um sistema de qualidade propondo ações que oportunizassem a humanização da cidade, o crescimento econômico, o desenvolvimento sociocultural e a preservação ambiental.

No ano de 2004 é instituído pela Lei nº 11266 de 16 de dezembro de 2004 a necessidade de adequar o plano diretor de Curitiba, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a qual conhecida como Estatuto das Cidades, elaborado por meio de um processo participativo envolvendo a comunidade como um todo. Adequado o antigo plano as novas exigências vigente pelo Estatuto das Cidades, devido ao pensar inovador que foi trabalho no planejamento urbano de Curitiba ao longo dos anos

desde seu primeiro plano pouca coisa foi alterada, sendo necessário somente algumas adequações a nova lei.

O Plano Diretor de 2004 é um instrumento que assim como os demais continua sendo uma valiosa ferramenta de planejamento e ordenação urbana, responsável por nortear as transformações e produções dos espaços urbanos na capital de modo participativo buscando trazer benefícios aos principais interessados no processo, os habitantes de Curitiba.

Sendo mais de 40 anos de planejamento da cidade tem trazidos ganhos para o turismo uma vez que os planos tem ordenado Curitiba de modo que " a preocupação com o território não diretamente turístico se justifica por respeito ao cidadão e a seu direito a um ambiente público de lazer." (YAZIGI, 2009, p. 33) De modo a realizar melhorias que são utilizadas pelo turismo, mas foram feitas para qualificar o espaço onde vive o cidadão. Deste modo, pode-se observar a importância de tal instrumento no ordenamento e crescimento do espaço urbano, os planos diretores em Curitiba, conforme é apresentado por diversos estudo e documentos, não consiste simplesmente em disciplinar as construções no território, mas sim um aparato de planejamento utilizado para proporcionar a capital paranaense um desenvolvimento responsável ambientalmente, socialmente buscando promover a qualidade de vida da população aliada ao incremento econômico, além de atender as demandas atuais e futuras da comunidade.

Muitas das normas estipuladas pelos planos diretores na capital do Paraná causam sérias interferências no desenvolvimento do espaço urbano e, consequentemente, no patrimônio turístico da cidade, tais legados têm influenciado a experiências dos turistas em Curitiba. Uma vez que o melhor atrativo que uma cidade pode proporcionar ao turista é ela mesma.

Os parques urbanos, por exemplo, atualmente são os principais atrativos da cidade de Curitiba como mostra os estudos de demanda da SETU (2007), estas áreas verdes foram criadas para auxiliar o controle de enchentes na cidade e hoje são espaços apropriados pela comunidade local e pelo turista.

> The result was to expand the area of public parks and forests more than twenty-fold per capita and to provide locales attractive enough to draw large numbers of people from all segments of the city's population. [...] Most of

> these combination recreation/flood control projects [...] (SCHWARTZ, 2006, p. 44)

Portanto, uma ferramenta de orientação para formulação das políticas públicas de modo a indicar princípios e regras formuladas por meio de um debate entre os atores sociais que definirão como se dará o desenvolvimento do espaço urbano que fazem parte. O planejamento urbano não deve ser pensado por uma visão estritamente física que priorize a ordenação do território, sua configuração arquitetônica, seus equipamentos coletivos, mas sim proporcionar um ambiente que possa possibilitar construir a cidadania em seus habitantes.

As atratividades e facilidades que muitas vezes são pensadas para a população acabam sendo utilizadas como elementos de atratividade de turistas, de modo que intervenções estipuladas nos planos diretores de organização do espaço urbano têm grande interferência na capacidade de transformar a urbe em espaços a serem utilizada pelo setor do turismo.

Assim, o turismo acaba por se favorecer de ações de planejamento focado na área urbana principalmente, quando as diretrizes são a preservação e conservação do patrimônio cultural e natural da cidade, a melhoria de infraestrutura do sistema viária, a realização de programação com foco no lazer e na recreação, em fim em melhorias que proporcione a comunidade maior bem estar e uso dos serviços espaços públicos da urbe.

Turismo e espaço

Ao trabalharmos duas temáticas como cidade e turismo há a necessidade de fazermos algumas referências sobre os temas em questão, discutidos por estudiosos da área, de forma a esclarecer as lacunas da problemática desta pesquisa. Isso se faz necessário, principalmente ao tratar o turismo, como uma atividade que ainda não possui suas definições formadas e que se encontra em processo de transformação.

O turismo para Boullón (2002, p.37) "é conseqüência de um fenômeno social cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte." Rodrigues (2001), Corialino e Silva (2005) e Xavier (2007)

concordam com Boullón, afirmando que o turismo teve sua expansão devido às transformações pelas quais o mundo passou após a Segunda Guerra, com a redução da jornada de trabalho em conjunto com novas conquistas sociais da classe trabalhadora ocorreu um aumento do tempo livre, favorecendo assim a expansão de atividades de lazer e recreação, como o turismo.

Junto a esses fatores e as pressões que o meio urbano causa aos seus habitantes, (como a rotina, o caos, o *stress* da vida nos grandes centros), fez com que surgisse uma nova necessidade - a do lazer. Rodrigues (2001, p. 39) “aponta a viagem turística como uma das necessidades do homem, fundamental para a sua autopreservação e para o reconhecimento e admiração do grupo social no qual está inserido." Tais atividades são necessárias para que o homem agredido em seu espaço possa recuperar as energias físicas e mentais gastas durante o seu dia-a-dia.

As necessidades de lazer são, na realidade, criadas por uma sociedade consumista, tornando o turismo uma atividade econômica de grande expressão mundial. É preciso considerar o fato já mencionado de que tal atividade, ao se desenvolver, possibilita uma grande interação com o espaço de destino, transformando-o e modificando-o. Para Bahl (2004, p.43) ”deve-se supor que a fisionomia de alguns municípios poderá alterar-se pela necessidade da definição de espaços adequados e apropriados para instalação da planta turística”.

Segundo Santos (1996, p.51) "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário, e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isolados, mas como um quadro único no qual a história se dá." Neste sistema os objetos e ações devem ser compreendidos em conjunto.

Este sistema interage, uma vez que, por um lado os objetos condicionam as ações e em contrapartida as ações também modificam ou criam novos objetos. Transformando e configurando ao território turístico certa dinamicidade.

Portanto, para compreendermos os espaços turísticos, devemos entender a relação existente entre os fixos e fluxos. Para Santos (1996, p.50) "os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos e renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar.”.

Para o turismo esta dinâmica deve ser compreendida, segundo Rodrigues (2001, p.61), como os *fixos* não são estáticos e são representados pelos centros emissores de demanda turística, de onde saem os *fluxos* para os destinos ou núcleos receptores. Anjos (2001, p. 129) afirma que a interação resultando dos fixos e dos fluxos reflete a realidade espacial do turismo.

Segundo Rodrigues (2001, p. 43) o turismo apresenta três incidências espaciais específicas, pois o mesmo apresenta área de dispersão (emissoras), de onde se originam os turistas, áreas de deslocamento e áreas de destinação (receptoras), para onde os turistas se deslocam. Nesta última área que ocorrem à apropriação do território pelo turismo de forma mais explícita.

Nos núcleos receptores podemos observar e confirmar tal uso do espaço pelo turismo, onde segundo Cruz (2002, p. 16) novos objetos são construídos para atender novas necessidades, ou ainda, objetos antigos são modificados e adaptados para adquirir novas funções. Onde segundo Rodrigues (2001, p. 62) "objetos naturais vão transformando-se em objetos sociais no processo de valorização do espaço."

Tais mudanças devem estar voltadas à melhoria e adequação do patrimônio turístico de uma localidade, visando satisfazer às necessidades dos turistas e da comunidade, assim para Bahl (2004) e Boullón (2002, p. 66), o patrimônio turístico de uma localidade é formado a partir da relação de quatro componentes: atrativos turísticos, empreendimentos turísticos, infraestrutura e superestrutura turística.

O patrimônio turístico se caracteriza pela relação existe entre os atrativos turísticos, que são os elementos motivadores das viagens, os empreendimentos que auxiliarão o turista enquanto este estiver fora do seu local de residência, lhe oferecendo hospedagem, alimentação, orientações, entre outros.

A infraestrutura, um dos componentes fundamentais para o funcionamento do produto turístico, segundo Boullón (2002, p. 58),

> [...] entende-se por infra-estrutura a disponibilidade de bens e serviços com que conta um país para a sustentar suas estruturas sociais e produtivas. Fazem parte da mesma a educação, os serviços de saúde, a moradia, os transportes, as comunicações e a energia. Dado o caráter de apoio à população de um país em seu conjunto os investimentos em infra-estrutura (telefones, estradas, ferrovias, pontes, moradias, escolas, hospitais, represas etc.) também são chamadas de "capital social fixo.

O desenvolvimento do turismo está condicionado à infraestrutura, pois não é possível investir em locais cujo acesso é inviável e que permanecem incomunicáveis, mesmo que se encontre um atrativo de grande expressão. Sem uma infraestrutura básica não há condições de se implantar os empreendimentos turísticos e atender os turistas. Muitas vezes, a causa da ausência de infraestrutura está vinculada ao seu custo que é alto e do retorno financeiro que se dá a longo prazo.

Os governos precisam se conscientizar de que a verba destinada à melhoria de infraestrutura de uma localidade não é gasto, mas sim investimento, pois por meio de sua implantação torna-se mais fácil captar investimentos da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico da região, assim como tais investimentos do poder público vão proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população local e da visitação à localidade.

REFERENCIAS

ANJOS. Francisco A. **O espaço turístico e seus elementos: reflexões epistemológicas.** Turismo - visão e ação. UNIVALI. Ano 4, n.8. Itajaí: Editora Univali, 2001. P. 127 - 134.

BAHL, Miguel. **Agrupamentos turísticos municipais**. Curitiba: Protexto, 2004.

BISSOLI, M. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.** São Paulo: Futura, 1999.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Trad. Josely Vianna Batista. Bauru: EDUSC, 2002

BRASIL. *Estatuto da Cidade:* guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmera dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em <http://www.bage.rs.gov.br/pddua/estatuto/pddua_estatuto.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2010.

CAMPOS FILHO, Candido M. **Reinvente seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARLOS, A. F. **A (re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASTROGIOVANNI, Antonio C. **Turismo e ordenação no espaço urbano.** *In:* CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Turismo urbano.** São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, L. de S. (org.) **Geografia da cidade:** a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2001.

CORIOLANO, Luiza N. M. T.; SILVA, Sylvio C. B. de M. **Turismo e geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

CRUZ, Ana Rita; Pinto, Hugo. **Tourism and the city: urban as a tourist product.** Munich Personal RePEC Archive – MPRA Paper n 13477, posted 18. February, 2009. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/13477>. Acesso em: 05 de julho de 2011.

CRUZ, Rita de C. **Políticas de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2002.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Diretor 2004:** O planejamento urbano de Curitiba. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/ippucweb/sasi/home/>. Acesso em 26 de Agosto de 2010.

JUDD, Dennis R. **El turismo urbano y la geografía de la ciudad.** Revista eure. Vol. XXIX, n 87: Santiago, Chile, septiembro de 2003. Disponível em <www.scielo.cl/pdf/eure/v29n87/art04.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2011.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2ª. ed. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

LIMONAD, Ester. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização.** GEOgraphia. Ano 1, n 1. Universidade Fluminense, 1999. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/7>.Acesso em 05 de julho de 2011.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENEZES, Claudino L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

MOURA, Rosa. **O turismo no projeto de internacionalização da Imagem de Curitiba.** Turismo - visão e ação. UNIVALI. Vol 9 , n.3. Itajaí: Editora Univali, 2007. P. 341 - 357.

MOURA, Rosa. **Políticas públicas urbanas: ausência e impactos.** *In*: MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos socioambientais urbanos.** Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003.

RIBEIRO, Renata M. **Planejamento urbano, espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba - PR**. 2005. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPR, Curitiba, 2005.

RODRIGUES, Adir Balastreli. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: HUCITEC 2001.

RODRIGUES, Adir Balastreli. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar**.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

RUSHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWARTZ, Hugh. **Urban renewal, municipal revitalization**. 2ª. printing. Alexandria – VA: [s.n], 2006.

SETU – Secretaria de Estado do Turismo. Curitiba estudo sobre o turismo receptivo comparativo: 1995, 2000, 2005, 2006 e 2007. Disponível em <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/estatisticas/estat_curitiba_comparativo_1995_2007.pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2010.

SIVIERO, Ana Paula. **Os elementos do espaço turísticos urbanos no processo de planejamento**: uma análise da área central de Curitiba. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPR – Curitiba, 2004.

SOUZA, Marcelo L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

TRINDADE, Etelvina M. de C. (coordenadora técnica). **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997.

XAVIER, Herbe. **A percepção geográfica do turismo.** São Paulo: Aleph, 2007.

YAZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.